



## COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

### **ENCONTRO NACIONAL DE PRESIDENTES** **TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

Reunidos, em ENCONTRO NACIONAL, em Belo Horizonte, nos dias 8, 9 e 10 de outubro, os Presidentes dos Tribunais de Justiça de todos os Estados da Federação aprovaram as seguintes conclusões:

1ª) A atualização a prestação jurisdicional é inadiável dever do Poder Judiciário, cabendo aos Tribunais de Justiça encontrar meios de praticá-la, com segurança e criatividade. A experiência vitoriosa de Minas Gerais é exemplo digno de imitação, sem prejuízo de outras práticas compatíveis com a situação peculiar de cada unidade da Federação;

2º) A revisão constitucional prevista para 1993 há de conter-se nos limites, explícitos ou implícitos, previstos na própria Carta vigente: não está restrita à forma e sistema de governo, resultantes de consulta plebiscitária, nem pode ter a extensão inerente ao exercício do poder constituinte originário;

3º) A independência institucional do Poder Judiciário manifesta-se, em primeiro lugar, pela competência de rever os atos normativos dos três Poderes, podendo declarar sua invalidade, anulando-os, ou suspender sua eficácia cautelarmente, se contrários à Constituição e à Lei. Outra face da independência institucional do Poder Judiciário manifesta-se pela independência dos magistrados, no exercício de seu ofício, não estando sujeitos senão à Constituição, às leis válidas e aos ditames de sua consciência. Uma terceira manifestação dessa independência institucional afirma-se na autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, não ficando os atos do seu governo sujeitos, no particular, a juízos de oportunidade e conveniência dos outros Poderes. Essa autonomia de administrar os serviços da Justiça fica, em consequência, sujeita apenas ao planejamento e juízos de necessidade formulados pelo próprio Judiciário, submetidos seus atos sempre à Constituição e aos princípios da legalidade, da moralidade e da publicidade. A autonomia financeira, enquanto expressão dessa independência institucional pressupõe a elaboração de orçamento do Judiciário pelos Tribunais competentes, com base em critérios e prioridades, por ele próprios estabelecidos, e a serem aprovados, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conjuntamente com os demais Poderes;

4º) A autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário há de ser buscada com determinação e firmeza pelos Tribunais competentes, mediante prévio acertamento, entre os três Poderes, dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias, e da própria Lei Orçamentária anual, com rigorosa e oportuna liberação dos duodécimos reservados ao Poder Judiciário;

5º) O controle da atividade do Poder Judiciário por órgão a ele estranho atenta contra a independência dos seus juízes; por isso mesmo, atividade censória, na área jurídica, há de ser exercida, de forma efetiva e eficaz, pelo Conselho Nacional de Administração da Justiça, nos termos do anteprojeto do Estatuto da Magistratura, elaborado pelo Supremo Tribunal Federal, para apreciação do Congresso Nacional.

Decidiram, também por unanimidade:

1º) Criar o Colégio Permanente de Presidentes, composto pelos Presidentes de Tribunais de Justiça;

2º) Instituir uma Comissão Executiva, encarregada de acompanhar a revisão constitucional de 1993, constituída, sob a presidência do primeiro, dos seguintes membros; José Fernandes Filho (Minas Gerais), Odyr José Pinto Porto (São Paulo), Jorge Fernando Loretti (Rio de Janeiro), José Eduardo Grandi Ribeiro (Espírito Santo), Luiz Cláudio de Almeida Abreu (Distrito Federal), Paulo Roberto Bastos Furtado (Bahia) e Robério Nunes dos Anjos (Roraima);

3º) Atribuir à Comissão Executiva poderes para convocar o Colégio de Presidentes, e, desde já, acompanhar no Congresso Nacional o andamento do projeto que dispõe sobre os Juizados Especiais, ora em tramitação no Senado Federal, bem assim o veto oposto aos projetos de lei de interesse do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;

4º) Declarar que o mandato dos membros da Comissão Executiva extinguir-se-á com a revisão constitucional mencionada.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 1992

**Desembargador José Fernandes Filho**  
Presidente da Comissão Executiva